

## CONTRATO DE PROJETO

Entre:

A Direção-Geral de Política do Mar (DGPM), com sede na Avenida de Brasília, n.º 6, 1449-006 Lisboa, pessoa coletiva n.º 600084795, representada neste ato por João Manuel Rijo da Fonseca Ribeiro, portador do Cartão de Cidadão n.º 06202636, válido até 22/06/2020, pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, que outorga na qualidade de representante do Estado Português e de Operador de Programa do Programa PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras no âmbito do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE) 2009-2014, como **Primeiro Outorgante**;

e

A UAVision - Engenharia de Sistemas, Lda, com sede no Parque empresarial de Torres Vedras, lote A1 armazém 1, Paul, 2560-383 Torres Vedras, pessoa coletiva n.º 507294122, representado por Nuno Alexandre Duarte Simões, portador do passaporte n.º 05781685, n.º M110847, emitido a 24/04/2012 em Lisboa com validade até 24/04/2017, que outorga na qualidade de beneficiário do projeto de financiamento, como **Segundo Outorgante**.

Considerando que a comparticipação financeira para a realização do projeto com o código PT02\_Aviso4\_0011, designado por "SOCO - DRONE - Sistema de Observação Costeira e Oceânica baseado em Drones", aprovado pelo **Primeiro Outorgante**, através da Decisão Favorável de Financiamento de 17/07/2015, deverá ser objeto de celebração de contrato, de acordo com o previsto no artigo 6.7 do Regulamento de Implementação do MFEEE;



É celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato, o qual se rege pela legislação nacional e comunitária aplicável, pelo quadro regulamentar do MFEED e pelas cláusulas seguintes:

### **Cláusula 1.ª**

#### **Objeto do Contrato**

O presente contrato tem por objeto a concessão de uma comparticipação financeira do MFEED, destinada a financiar o projeto atrás identificado, no âmbito da Área Programática AP1 – Gestão Integrada das Águas Interiores e Marinhas e do Programa PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras, em que o **Primeiro Outorgante** é Operador do Programa e o **Segundo Outorgante** entidade beneficiária.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Objetivos do Projeto**

Os objetivos do projeto mencionado na cláusula 1.ª estão descritos na Decisão Favorável de Financiamento, em anexo ao presente contrato, adotada pelo **Primeiro Outorgante** e que faz parte integrante deste Contrato.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Custo Total do Projeto e Montante do Apoio Financeiro**

1. O custo total e custo total elegível do projeto é de 371.281 € (trezentos e setenta e um mil duzentos e oitenta e um euros), conforme consta da Decisão Favorável de Financiamento, anexa ao presente Contrato.
2. A cobertura financeira do projeto será assegurada da seguinte forma:
  - a) Apoio financeiro no montante 315.589 € (trezentos e quinze mil quinhentos e oitenta e nove euros), correspondente a 85% da despesa total elegível do projeto aprovada na Decisão Favorável de Financiamento, o qual resulta das seguintes fontes de financiamento:



- i) MFEEE no valor de 264.211€ (duzentos e sessenta e quatro mil duzentos e onze euros), correspondente a 83,72% do apoio financeiro;
  - ii) Estado Português, através do Orçamento de Investimento da DGPM no valor de 51.378€ (cinquenta e um mil trezentos e setenta e oito euros), correspondente a 16,28% do apoio financeiro.
- b) A remanescente despesa necessária à execução integral do projeto no montante de 55.692 € (cinquenta e cinco mil seiscentos e noventa e dois euros), correspondente a 15% da despesa total elegível, será assegurada por fontes de financiamento a cargo do **Segundo Outorgante** e dos parceiros identificados no Acordo de Parceria que faz parte integrante deste Contrato.

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Auxílios de Estado**

1. Este apoio é estabelecido de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º do Regulamento (UE) n.º 651/2014, de 16 de junho.
2. O **Segundo Outorgante** compromete-se a divulgar amplamente os resultados do projeto de investigação, através de conferências e publicações.
3. O **Segundo Outorgante** reconhece não ser uma empresa em dificuldades, nem se encontra pendente contra si qualquer processo de injunção.
4. O **Segundo Outorgante**, desde já, autoriza que este auxílio seja alvo de publicitação, nos termos do artigo 9.º do citado Regulamento.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Despesas Elegíveis**

1. São consideradas despesas elegíveis aquelas que resultem de encargos a suportar pelo **Segundo Outorgante** no âmbito da execução do projeto, assumidos e executados entre 17/07/2015 e 30/04/2016, designadamente as despesas identificadas nos artigos 7.3, 7.5 e 7.14 e que cumpram os

princípios definidos no artigo 7.2 do Regulamento de Implementação do MFEEE.

2. São também consideradas despesas elegíveis os custos indiretos do projeto, de acordo com a alínea b) do nº 1 do artigo 7.4 Regulamento do MFEEE, cujo método de cálculo é o que consta na Metodologia de Cálculo dos Custos Indiretos definida pelo **Primeiro Outorgante** e cujos montantes e respetivas taxas estão identificadas no Acordo de Parceria celebrado entre o **Segundo Outorgante** e os Parceiros do Projeto e que constitui anexo ao presente Contrato.
3. Estão expressamente excluídas do âmbito da cobertura do financiamento as despesas que resultem, designadamente, de algum dos factos definidos no artigo 7.6 do Regulamento de Implementação do MFEEE.

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Prazos para a Realização do Projeto**

O prazo de execução do projeto tem início em 17/07/2015 e conclusão em 30/04/2016, conforme consta da Decisão Favorável de Financiamento em vigor, anexa ao presente Contrato.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Pagamentos**

1. Os pagamentos pelo **Primeiro Outorgante** ao **Segundo Outorgante** são efetuados:
  - a) A título de adiantamento:
    - i. após a assinatura do contrato do projeto, o **Segundo Outorgante** pode receber um adiantamento destinado a fazer face ao período que decorre até ao pagamento intercalar seguinte, o qual, em circunstâncias normais, não deverá exceder 10% do valor total do apoio financeiro;



- ii. a título excecional e em casos devidamente justificados, dependendo das necessidades de liquidez, o adiantamento poderá ascender até 25% valor total do apoio financeiro;
  - ii. o **Segundo Outorgante** tem de apresentar uma previsão indicativa das despesas a realizar para comprovar o montante solicitado;
  - iii. o adiantamento será pago dentro de 20 dias úteis após assinatura do presente contrato.
- b) A título de Pagamento Intermédio:
- i. o **Segundo Outorgante** deve apresentar trimestralmente os pedidos de pagamentos intermédios.
  - ii. estes pagamentos são compostos pelas despesas propostas para o período do relatório em causa e pela diferença entre as despesas propostas e o montante das despesas efetivamente incorridas em período anterior.
- c) Pagamento Final:
- i. a soma do adiantamento e dos pagamentos intermédios acima referidos não pode exceder 90% do total do apoio financeiro do projeto em nenhum momento da sua execução.
  - ii. o pagamento do saldo final será efetuado dentro de 30 dias corridos após a confirmação da execução do projeto e aprovação pelo **Primeiro Outorgante** do relatório final apresentado pelo **Segundo Outorgante**.
2. Os pedidos de pagamento são formalizados e enviados ao **Primeiro Outorgante**, através de formulário próprio, devidamente preenchido.
3. O **Segundo Outorgante** obriga-se a apresentar cópias dos documentos comprovativos de despesa que forem solicitados pelo **Primeiro Outorgante** cujos originais tenham sido carimbados nos termos definidos na alínea x) do n.º 1 da Cláusula 8.ª deste contrato, assim como cópia dos respetivos documentos com a evidência do seu pagamento;

4. O pagamento dos apoios financeiros ao **Segundo Outorgante** será efetuado através de transferência para conta bancária criada especificamente para efeito de pagamentos do MFEEE, com o NIB 0035 0822 00066239130 29.
5. O **Primeiro Outorgante** deve assegurar a execução dos pedidos de pagamento no prazo de 20 dias, desde que satisfeitas as seguintes condições:
  - a) a existência de disponibilidade de tesouraria;
  - b) a suficiência das informações exigíveis na fundamentação do pedido de pagamento;
  - c) as condições de regularidade da situação do **Segundo Outorgante** face à Administração Fiscal e à Segurança Social;
  - d) a data prevista de pagamento não ocorra nos últimos 5 dias úteis de cada mês;
  - e) a inexistência de decisão de suspensão de pagamentos ao **Segundo Outorgante**.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Obrigações do Segundo Outorgante**

1. O **Segundo Outorgante** obriga-se a:
  - a) Cumprir o quadro legal e regulamentar nacional e comunitário, bem como o enquadramento enunciado no artigo 1.4 do Regulamento de Implementação do MFEEE, aplicáveis ao projeto nas suas fases de estudo e conceção, preparação, execução e pós-conclusão;
  - b) Executar o projeto de acordo com as boas práticas internacionais de prevenção e luta contra os fenómenos de crimes e corrupção;
  - c) Organizar o processo do projeto de acordo com as normas definidas e conservar esse mesmo processo, bem como toda a documentação técnica, contabilística e financeira que comprova a sua realização física e financeira, assim como do seu financiamento, de acordo com a



regulamentação em vigor, durante o período de três anos após o encerramento do projeto;

- d) Permitir, por si ou através dos seus representantes legais ou institucionais, o acesso aos locais de realização do projeto e aos locais onde se encontrem os elementos e os documentos referidos na alínea anterior, para efeitos de acompanhamento, controlo e auditoria;
- e) Assegurar a existência de um sistema contabilístico separado ou de um código contabilístico adequado para todas as transações relacionadas com o projeto, de acordo com as normas contabilísticas nacionais;
- f) Proporcionar às autoridades nacionais competentes e do MFEEE as condições adequadas para o acompanhamento, controlo e auditoria do projeto nas suas componentes material, financeira e contabilística;
- g) Não afetar a outras finalidades os bens e serviços adquiridos no âmbito do projeto, não podendo, igualmente, os mesmos serem locados, alienados ou, por qualquer modo, onerados, no todo ou em parte;
- h) Comprometer-se a manter o registo, em inventário, de todos os bens em imobilizados adquiridos no âmbito do projeto, bem como assegurar a boa conservação e funcionalidade dos mesmos, sem prejuízo do normal desgaste decorrente de uma adequada utilização;
- i) Comunicar ao **Primeiro Outorgante** qualquer alteração ou ocorrência que possa pôr em causa os objetivos que estiveram na base da aprovação do projeto;
- j) Acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do projeto e garantir o cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato perante o **Primeiro Outorgante**;
- k) No caso de subcontratação, demonstrar documentalmente que os subcontratantes se comprometem a fornecer ao **Primeiro Outorgante** e aos organismos de auditoria e de controlo ou a quem por estes for credenciado, todas as informações que estes vierem a solicitar relativas às atividades subcontratadas;

- l) Fornecer todos os elementos necessários à caracterização e quantificação dos indicadores de realização (*outputs*) e de resultado (*outcomes*) do projeto e assegurar o cumprimento das metas fixadas, na Decisão Favorável de Financiamento, anexa ao presente Contrato.
- m) Manter a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social;
- n) Garantir o financiamento integral das despesas elegíveis da responsabilidade do **Segundo Outorgante**, nos termos definidos na alínea b) do n.º 2 da Cláusula 3.ª deste contrato, e das despesas não elegíveis, bem como assegurar a execução total do projeto, nos prazos definidos na Decisão de Financiamento Favorável, anexa ao presente Contrato;
- o) Garantir que o projeto, objeto do presente contrato, não é apoiado por outro financiamento comunitário ou nacional para as mesmas despesas;
- p) Proceder à restituição dos montantes indevidamente pagos ou não justificados que sejam objeto de correção financeira decidida pelas autoridades nacionais competentes e/ou pelo FMC, nos termos do artigo 12.2 do Regulamento de Implementação do MFEEE e de outras orientações que venham a ser definidas, de acordo com a notificação formal de constituição de dívida que identificará o montante a restituir e os respetivos prazo e fundamentação da decisão;
- q) Cumprir as recomendações e medidas preventivas e corretivas decorrentes das ações de acompanhamento, controlo e auditoria, dentro dos prazos que sejam determinados;
- r) Proceder à publicitação dos apoios que lhe forem atribuídos, respeitando os termos do ponto 4. do anexo 4 do Regulamento de Implementação do MFEEE e das orientações expressas no Manual de Procedimentos do Beneficiário;
- s) Cumprir os normativos nacionais e comunitários em matéria de ambiente, igualdade de oportunidades, concorrência e contratação



- pública aplicáveis, evidenciando claramente a articulação entre a despesa declarada e o processo de contratação pública respetivo;
- t) Garantir que o Projeto é executado com um elevado nível de desempenho em matéria de proteção ambiental e, em particular, caso as atividades dos projetos sejam geradoras de resíduos, que o seu tratamento é assegurado.
  - u) Cumprir o calendário de execução física e financeira do projeto estabelecido na Decisão Favorável de Financiamento, anexa ao presente Contrato;
  - v) Possuir os recursos humanos e técnicos necessários à execução e ao acompanhamento do projeto;
  - w) Apresentar relatórios de execução intermédia do projeto com uma periodicidade semestral, que evidenciem a situação acumulada na data da execução física e financeira a que reporta e os desvios face ao programado, cujo conteúdo é definido pelo **Primeiro Outorgante** e apresentado impreterivelmente:
    - i. Até **15 de janeiro**, para reporte dos meses de julho a dezembro do ano anterior; e
    - ii. Até **15 de julho**, para reporte dos meses de janeiro a junho do corrente ano.
  - x) Assegurar que os originais dos documentos de despesa relativos ao projeto (faturas, recibos ou documentos de valor probatório equivalente) são objeto de aposição de um carimbo com o conteúdo fixado pelo **Primeiro Outorgante**;
  - y) Apresentar, no prazo de 90 dias após a conclusão do projeto:
    - i) O respetivo pedido de pagamento do saldo final;
    - ii) O relatório final do projeto, de acordo com o formulário definido pelo **Primeiro Outorgante** e que deverá ser acompanhado de fotografias e outros elementos informativos, de natureza qualitativa e quantitativa, que permitam uma adequada avaliação do investimento realizado e dos seus resultados, bem como a sua

*Handwritten signature*

- comparação com os fixados na Decisão Favorável de Financiamento, anexa ao presente Contrato;
- iii) Documentos que comprovem a conclusão dos serviços e/ou aquisições contratadas;
  - iv) Os extratos contabilísticos que evidenciem o registo do custo total do projeto e das receitas do projeto, de acordo com as normas contabilísticas em vigor.
- z) Autorizar o **Primeiro Outorgante** a proceder à divulgação dos apoios concedidos, nos termos dos Regulamentos aplicáveis.
2. Garantir o cumprimento dos termos e condições do Acordo de Parceria assinado em 03/09/2015 entre o **Segundo Outorgante** a DEIMOS Engenharia, SA e o Instituto Hidrográfico (IH), parceiros do projeto, o qual constitui um anexo ao presente Contrato.
3. Nos termos do estabelecido nos n.º 2 do artigo 7.15 do Regulamento do MFEEE, cabe ao **Segundo Outorgante** assegurar que o prazo mínimo de operação pós-conclusão será de 5 anos após aprovação do respetivo relatório final, de modo a garantir a sua promoção da sustentabilidade e assegurar que o respetivo apoio financeiro gera o máximo de benefícios para o grupo-alvo e para aos beneficiários finais.
4. O incumprimento das obrigações previstas nos números anteriores da presente cláusula determina a suspensão de todos os pagamentos de comparticipação no âmbito deste Programa ao **Segundo Outorgante** até à regularização da situação, salvo nos casos em que a eventual fundamentação invocada venha a ser aceite pelo **Primeiro Outorgante**, ou à restituição de montantes indevidamente pagos nos termos da alínea p) do n.º 1 da presente cláusula.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Despesas e Encargos**

O **Segundo Outorgante** é responsável por todas as despesas e encargos que resultarem da celebração e eventual incumprimento do presente contrato.



#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Alterações ao Contrato**

1. O presente contrato poderá ser alterado, caso haja necessidade de introduzir no projeto modificações de carácter financeiro, temporal, material ou legal, que tenham sido aprovadas pelo **Primeiro Outorgante**, desde que não alterem de forma significativa os seus objetivos.
2. Os pedidos de alteração da decisão de financiamento que possam dar origem a alterações ao contrato deverão ser formalizados nas condições e nos termos definidos pelo **Primeiro Outorgante**.
3. As alterações de carácter financeiro serão objeto de formalização através de adenda ao presente contrato.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Suspensão do Financiamento**

1. O incumprimento de qualquer uma das obrigações do **Segundo Outorgante** aqui estabelecidas confere ao **Primeiro Outorgante** o direito de suspender os pagamentos relativos ao financiamento concedido, até à regularização da situação, ou, quando a gravidade do incumprimento assim o justifique, a rescisão do contrato nos termos da Cláusula 13.<sup>a</sup> do presente contrato.
2. A regularização das situações de incumprimento em que o **Segundo Outorgante** incorra terá de ser efetuada no prazo máximo de 90 dias, sem prejuízo do prazo que for especialmente determinado, nos termos da alínea p), do n.º 1, da Cláusula 8.<sup>a</sup>.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Correção Financeira por Alteração das Condições de Aprovação do Projeto**

Caso seja detetada alguma alteração imputável ao **Segundo Outorgante** que afete os termos em que o projeto foi aprovado e que obrigue a uma correção

financeira, é este responsável, pela reposição integral ou parcial da comparticipação concedida, nos termos legais.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Rescisão do Contrato**

1. O contrato de financiamento poderá ser objeto de rescisão pelo **Primeiro Outorgante** em caso de:
  - a) Não cumprimento, por facto imputável ao **Segundo Outorgante**, de obrigações estabelecidas no presente contrato e na legislação aplicável, no âmbito da realização do projeto;
  - b) Não cumprimento das obrigações legais e fiscais do **Segundo Outorgante**;
  - c) Prestação de informações falsas sobre a situação do **Segundo Outorgante** ou viciação de dados fornecidos na apresentação e realização do projeto;
2. A revogação da decisão será tomada em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo.
3. A rescisão do contrato de financiamento pelo **Primeiro Outorgante** implica a devolução do apoio financeiro recebido pelo **Segundo Outorgante** no prazo de 30 dias úteis a contar da data da receção da notificação de rescisão, findo o qual vencer-se-ão juros de mora à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado.
4. A devolução do apoio financeiro, referida no número anterior, pode ser faseada, até ao limite de três anos, mediante prestação de garantia bancária e autorização da entidade responsável pela recuperação, vencendo-se juros de mora, à taxa legal em vigor para as dívidas ao Estado, até ao deferimento do pedido de devolução faseada, caso este ocorra após o termo do prazo previsto no número anterior.



#### **Cláusula 14.ª**

##### **Vigência**

O presente contrato começa a produzir efeitos na data da sua assinatura e mantém-se em vigor pelo prazo mínimo de 5 anos após a aprovação pelo FMC do Relatório Final do Programa, abrangendo as obrigações contratuais que se mantenham válidas após a conclusão do projeto.

#### **Cláusula 15.ª**

##### **Disposições finais**

1. Em tudo o que não tiver expressamente regulado no presente contrato, será aplicável o normativo regulamentar do MFEE e as disposições legais, comunitárias e nacionais vigentes.
2. Para todas as questões emergentes do presente contrato ou da sua execução, é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.
3. O presente contrato será assinado em dois exemplares, a entregar a cada um dos Outorgantes, valendo ambos como originais.

Lisboa, 11 de setembro de 2015

**O Primeiro Outorgante**

**O Segundo Outorgante**

**UAVISION**  
Engenharia de Sistemas, Lda

Anexos:

- Decisão Favorável de Financiamento
- Orçamento Detalhado
- Acordo de Parceria





**PT02 - GESTÃO INTEGRADA DAS ÁGUAS MARINHAS E COSTEIRAS**

**DECISÃO FAVORÁVEL DE FINANCIAMENTO**

Código do projeto	PT02_Aviso4_0011
Data da Decisão do Operador do Programa	17-07-2015

1.	Designação do Projeto:	SOCO - DRONE - Sistema de Observação Costeira e Oceânica baseado em Drones
2.	Promotor:	UAVision - Engenharia de Sistemas, Lda
3.	Parceiro 1	DEIMOS Engenharia, SA
	Parceiro 2	Instituto Hidrográfico
	Parceiro 3	

**4. Descrição sumária dos objetivos do Projeto:**

The main objective of the project is to improve the national environmental maritime monitoring capacity in remote ocean areas by deploying a low-cost system comprising unnamed vehicles (UAVs) and sensors (deployable water glider smart sensor, GNSS-Reflectometry altimetry, Optical Camera and AIS) and a dedicated ground station. The project shall design, develop, test and demonstrate in the Goringe bank (150 miles WSW of Cape St. Vicente, proposed as a marine protected area) the use of 2 high endurance UAV fixed-wing platforms base on UAVISION existing platform adapted to remote ocean monitoring. UAVs will fly in a collaborative and complementary way in a network to collect and relay data (telemetry, sensors, etc) to and from land-based station, allowing gathering of human activity and environmental data to be disseminated in open databases to entities via national NIPIMAR initiative. The project is aligned with Portuguese National Ocean Strategy embraced by IH as well industrial strategies of UAVISION and DEIMOS, targeting a near future implementation on higher scale and TRL with significant impact on Portuguese maritime operations in terms of capability, cost and efficiency.

The SOCO-DRONE project brings together Instituto Hidrográfico as a public Laboratory from the Portuguese Navy with two industrial key players in Europe in the aerospace sector: the consortium coordinator UAVISION as expert in UAV, electro-optic payloads and ocean sensors and DEIMOS as pioneer in working in GNSS-Reflectometry for altimetry and also operational software deployed at EMSA (SAT-AIS DPC). This consortium provides an optimal and efficient configuration to develop, deploy and demonstrate and explore and disseminate results from the project as requested in the present call. Two support letters are provided as annex to the proposal 1) from a Norwegian entity NORUT (Northern Research Institute) and 2) from ESA (European Space Agency). Both parties are decisively interested in the project outcomes and in results of demonstration phase. Reinforcement of relations is expected with these two entities.

The following sub-chapters describe the consortium in more detail as well as the key staff and also important pre-existing resources brought by each entity into the

**5. Montantes da Decisão de Financiamento:**

Custo Total do Projeto	371.281 €
Despesa Não Elegível	0 €
Despesa Elegível	371.281 €
Taxa de Financiamento	85%
Valor do Financiamento	315.589 €
Financiamento MFEED	264.211 €
Financiamento DGPM	51.378 €
Contrapartida do Promotor e/ou Parceiros	55.692 €

**6. Calendário do Projeto**

Data de início

17-07-2015

Data de Conclusão

30-04-2016

7. Programação Financeira Anual, por Rubrica de Despesa:

Rubrica de Despesa	Elegível	Não elegível	Total	Programação Anual - Despesas Elegíveis		
				2014	2015	2016
a) Custos com recursos humanos afetados ao projeto	266.386 €		266.386 €		171.272 €	95.114 €
b) Viagens e ajudas de custo dos recursos humanos que participam no projeto	9.850 €		9.850 €		6.333 €	3.517 €
c) Custos com equipamento (novo ou em 2ª mão)	1.528 €		1.528 €		982 €	546 €
d) Compra de terrenos e imóveis			0 €			
e) Custos com consumíveis			0 €			
f) Os custos decorrentes de outros contratos celebrados	15.320 €		15.320 €		9.850 €	5.470 €
g) Custos decorrentes diretamente das condições impostas pelo contrato de financiamento da noiaeta			0 €			
h) Outros	18.870 €		18.870 €		12.132 €	6.738 €
i) Custos Indiretos	59.327 €		59.327 €		38.144 €	21.183 €
<b>TOTAL</b>	<b>371.281 €</b>	<b>0 €</b>	<b>371.281 €</b>	<b>0 €</b>	<b>238.713 €</b>	<b>132.568 €</b>

8. Programação Financeira Anual, por Fonte de Financiamento:

Fontes de Financiamento	2014	2015	2016	TOTAL
MFEED + DGPM	0 €	202.906 €	112.683 €	315.589 €
Contrapartida Nacional (do promotor e/ou parceiros)				
OE (Orçamento de Estado)				
AL (Administração Local)				
RA (Regiões Autónomas)				
EP (Empresa Pública)				
Privado	0 €	35.807 €	19.885 €	55.692 €
Outras				
<b>Sub-Total Contrapartida Nacional</b>	<b>0 €</b>	<b>35.807 €</b>	<b>19.885 €</b>	<b>55.692 €</b>
<b>Investimento Elegível</b>	<b>0 €</b>	<b>238.713 €</b>	<b>132.568 €</b>	<b>371.281 €</b>
<b>Investimento Não Elegível</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>	<b>0 €</b>
<b>Investimento Total</b>	<b>0 €</b>	<b>238.713 €</b>	<b>132.568 €</b>	<b>371.281 €</b>

9. Resultados do Projeto:

Gestão mais integrada dos recursos marinhos		Desenvolvimento de um Sistema de Monitorização do Meio Marinho (MEMS), a nível nacional, incluindo planos de ação para alcançar ou manter o Bom Estado Ambiental (BEA)	
Reforço da monitorização das águas marinhas	x	Mapeamento e monitorização das áreas críticas da DQEM Aumento da capacidade de monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras Plataforma de Serviços de Observação da Terra (EOSA) para o Mar e Atmosfera disponível para as entidades relevantes	x
Reforço da capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas		Sistemas de gestão, informação e vigilância do ambiente marinho, incluindo as atividades humanas no mar e na atmosfera estão integrados e ligados a dados geográficos	
Aumentar a sensibilização e o conhecimento no domínio da gestão marinha integrada através de ações de sensibilização e de formação		Formação em gestão integrada das águas marinhas, educação e consciencialização através da implementação de medidas e atividades	

10. Indicadores de Realização e de Resultado:

10.1. Indicadores de Resultado

Resultado	Indicador	Meta	Fonte de Verificação
Aumento da capacidade de monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras	Indicador#2 - Número de sistemas de veículos autónomos que operam de forma coordenada e colaborativa para recolha e disseminação de dados do meio marinho e das atividades humanas em áreas oceânicas remotas	1	Os relatórios do projeto, ações de acompanhamento, verificações físicas



#### 10.2 Indicadores de Realização

Realização	Indicador	Meta	Fonte de Verificação
Testes de operabilidade com os sistemas dos veículos autónomos que operam de forma coordenada e colaborativa	Número de testes e de sistemas envolvidos	1	Os relatórios do projeto, ações de acompanhamento, verificações físicas

#### 11 Grupos Alvo do Projeto

Objetivo do Projeto	Grupos-alvo (selecionar das opções pré-definidas e identificar outros, se for o caso)
Aumentar a sensibilização e o conhecimento no domínio da gestão marinha integrada através de ações de sensibilização e de formação	Gestão Marinha e Costeira
	Autoridade Marítima
	Administração Central, Regional e Local Administration, Educação, Ciência e Comunidades Tecnológicas
	Biotecnologia Marinha, Recursos Minerais e Energéticos
	Cientistas e Investigadores
	Pesca, Aquacultura e Indústria da Pesca

#### 12 Aplicação dos Critérios de Seleção

Classificação Final	4,160
---------------------	-------

#### 13 Condicionantes ao financiamento

A celebração do contrato de financiamento encontra-se condicionada à apresentação do seguinte documento:

a) Acordo de Parceria, nos termos do Artigo 6.8 do Regulamento do EEA Grants 2009-2014, datado e assinado entre o Promotor e os Parceiros do projeto.

Os pagamentos aos parceiros Deimos e IH encontram-se condicionados à apresentação da certidão emitida pela Direção de Serviços do Imposto Sobre o Valor Acrescentado (DSIVA) que certifique o enquadramento do IVA para a tipologia da operação em causa.

  
João de Deus

João Fonseca Ribeiro  
Diretor-Geral

Data: 01-09-2015



Código do Projeto: SOCO - DRONE

Designação do Projeto: Sistema de observação costeira e oceanica baseada em drones

ORÇAMENTO DO PROJETO

Euros €

Rubricas do Orçamento	Parceiros	Descrição	Preço unitário	Unidades	Custo total	Custo total Não Elegível	Custo total Elegível	MFEE	Contrapartida do Promotor/Parceiro	Despesas Elegíveis - Programação Plurianual	
								85,000%	15,000%	2015	2016
a) Custos com recursos humanos afetos ao projeto	Promotor do Projeto	Chefe projecto	36,89 €	1850	68.246,50 €	0,00 €	68.246,50 €	58.009,53 €	10.236,98 €	43.878,92 €	24.367,58 €
		Eng. Mecatrónica Senior	23,07 €	1820	41.987,40 €	0,00 €	41.987,40 €	35.689,29 €	6.298,11 €	26.995,69 €	14.991,71 €
		Eng. Mecatrónica Junior	16,60 €	1130	18.758,00 €	0,00 €	18.758,00 €	15.944,30 €	2.813,70 €	12.060,41 €	6.697,59 €
		Tecnico CAD	15,50 €	779	12.074,50 €	0,00 €	12.074,50 €	10.263,33 €	1.811,18 €	7.763,27 €	4.311,23 €
		Tecnico Mecatronica	15,50 €	704	10.912,00 €	0,00 €	10.912,00 €	9.275,20 €	1.636,80 €	7.015,84 €	3.896,16 €
		Piloto UAV	16,60 €	1056	17.529,60 €	0,00 €	17.529,60 €	14.900,16 €	2.629,44 €	11.270,61 €	6.258,99 €
	IH	Chefe de Projeto	19,21 €	500	9.605,00 €	0,00 €	9.605,00 €	8.164,25 €	1.440,75 €	6.175,51 €	3.429,49 €
		Cientista Sénior	19,21 €	300	5.763,00 €	0,00 €	5.763,00 €	4.898,55 €	864,45 €	3.705,31 €	2.057,69 €
		Cientista Sénior	15,13 €	160	2.420,80 €	0,00 €	2.420,80 €	2.057,68 €	363,12 €	1.556,45 €	864,35 €
		Cientista Junior (bolseiro)	7,96 €	960	7.641,60 €	0,00 €	7.641,60 €	6.495,36 €	1.146,24 €	4.913,15 €	2.728,45 €
		Gestora de conteudos	7,86 €	800	6.288,00 €	0,00 €	6.288,00 €	5.344,80 €	943,20 €	4.042,85 €	2.245,15 €
		Responsável de website	19,21 €	270	5.186,70 €	0,00 €	5.186,70 €	4.408,70 €	778,01 €	3.334,78 €	1.851,92 €
		Image processor	12,44 €	160	1.990,40 €	0,00 €	1.990,40 €	1.691,84 €	298,56 €	1.279,72 €	710,68 €
		Comunicação e Publicidade	9,26 €	420	3.889,20 €	0,00 €	3.889,20 €	3.305,82 €	583,38 €	2.500,55 €	1.388,65 €
		Produção de video	12,44 €	400	4.976,00 €	0,00 €	4.976,00 €	4.229,60 €	746,40 €	3.199,31 €	1.776,69 €
	DEIMOS	Chefe projecto	36,89 €	200	7.378,00 €	0,00 €	7.378,00 €	6.271,30 €	1.106,70 €	4.743,67 €	2.634,33 €
		Eng. Senior GNSS	23,07 €	480	11.073,60 €	0,00 €	11.073,60 €	9.412,56 €	1.661,04 €	7.119,74 €	3.953,86 €
		Eng. Jun GNSS	16,60 €	789	13.097,40 €	0,00 €	13.097,40 €	11.132,79 €	1.964,61 €	8.420,94 €	4.676,46 €
		Eng. Jun SW	19,52 €	900	17.568,00 €	0,00 €	17.568,00 €	14.932,80 €	2.635,20 €	11.295,30 €	6.272,70 €
Sub-Total a)					266.385,70 €	0,00 €	266.385,70 €	226.427,85 €	39.957,86 €	171.272,01 €	95.113,69 €
b) Viagens e ajudas de custo dos recursos humanos que participam no projeto	Promotor do Projeto	Deslocações a areas de Testes	3.000,00 €	1	3.000,00 €	0,00 €	3.000,00 €	2.550,00 €	450,00 €	1.928,84 €	1.071,16 €
	IH	Divulgação em foros científicos e tecnológicos, missões no campo e acompanhamento de meios de comunicação social	5.350,00 €	1	5.350,00 €	0,00 €	5.350,00 €	4.547,50 €	802,50 €	3.439,77 €	1.910,23 €
	DEIMOS	Set-up e ensaios de campo	1.500,00 €	1	1.500,00 €	0,00 €	1.500,00 €	1.275,00 €	225,00 €	964,42 €	535,58 €
Sub-Total b)					9.850,00 €	0,00 €	9.850,00 €	8.372,50 €	1.477,50 €	6.333,03 €	3.516,97 €
c) Custos com equipamento (novo ou em 2ª mão)	Promotor do Projeto	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	IH	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	DEIMOS	Harware diverso (amortizações periodo projecto)	1.527,78 €	1	1.527,78 €	0,00 €	1.527,78 €	1.298,61 €	229,17 €	982,28 €	545,50 €
Sub-Total c)					1.527,78 €	0,00 €	1.527,78 €	1.298,61 €	229,17 €	982,28 €	545,50 €



d) Compra de terrenos e imóveis	Promotor do Projeto	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	IH	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	DEIMOS	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Sub-Total d)					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
e) Custos com consumíveis e suprimentos	Promotor do Projeto	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	IH	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	DEIMOS	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Sub-Total e)					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
f) Os custos decorrentes de outros contratos celebrados	Promotor do Projeto	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	IH	Aquisição de serviços (Project brand, alimentação de conteúdos no website, aquisição de material de divulgação, publicidade e marketing, produção de animação 3D, apoio a conferências de imprensa e produção de filme	15.320,00 €	1	15.320,00 €	0,00 €	15.320,00 €	13.022,00 €	2.298,00 €	9.849,96 €	5.470,04 €
	DEIMOS	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Sub-Total f)					15.320,00 €	0,00 €	15.320,00 €	13.022,00 €	2.298,00 €	9.849,96 €	5.470,04 €
g) Custos decorrentes diretamente das condições impostas pelo contrato de financiamento do projeto	Promotor do Projeto	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	IH	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
	DEIMOS	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €				
Sub-Total g)					0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
h) Outros	Promotor do Projeto	Raw materials and componentes to adapt WINGO UAVs	10.874,00 €	1	10.874,00 €	0,00 €	10.874,00 €	9.242,90 €	1.631,10 €	6.991,41 €	3.882,59 €
		Raw materials and componentes to build Gimbals (Visible and Thermal cameras)	4.126,00 €	1	4.126,00 €	0,00 €	4.126,00 €	3.507,10 €	618,90 €	2.652,80 €	1.473,20 €
		Raw materials and componentes to build Gliders	1.480,00 €	1	1.480,00 €	0,00 €	1.480,00 €	1.258,00 €	222,00 €	951,56 €	528,44 €
		Raw materials and componentes to adapt Ground Control Station	2.390,00 €	1	2.390,00 €	0,00 €	2.390,00 €	2.031,50 €	358,50 €	1.536,64 €	853,36 €
	IH	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
	DEIMOS	N/A			0,00 €	0,00 €	0,00 €			0,00 €	0,00 €
Sub-Total h)					18.870,00 €	0,00 €	18.870,00 €	16.039,50 €	2.830,50 €	12.132,42 €	6.737,58 €
i) Custos Indiretos	Promotor do Projeto	20% flat rate	38.275,60 €	1	38.275,60 €	0,00 €	38.275,60 €	32.534,26 €	5.741,34 €	24.609,20 €	13.666,40 €
	IH	20% flat rate	10.622,14 €	1	10.622,14 €	0,00 €	10.622,14 €	9.028,82 €	1.593,32 €	6.829,48 €	3.792,66 €
	DEIMOS	20% flat rate	10.428,96 €	1	10.428,96 €	0,00 €	10.428,96 €	8.864,61 €	1.564,34 €	6.705,27 €	3.723,68 €
Sub-Total i)					59.326,70 €	0,00 €	59.326,70 €	50.427,69 €	8.899,00 €	38.143,95 €	21.182,75 €
TOTAL - Promotor do Projeto					229.653,60 €	0,00 €	229.653,60 €	195.205,56 €	34.448,04 €	147.655,20 €	81.998,40 €
TOTAL - IH					79.052,84 €	0,00 €	79.052,84 €	67.194,91 €	11.857,93 €	50.826,82 €	28.226,02 €
TOTAL - DEIMOS					62.573,73 €	0,00 €	62.573,73 €	53.187,67 €	9.386,06 €	40.231,62 €	22.342,11 €
TOTAL					371.280,17 €	0,00 €	371.280,17 €	315.588,15 €	55.692,03 €	238.713,65 €	132.566,53 €

**ACORDO DE PARCERIA**  
**ENTRE**  
**UAVISION – ENGENHARIA DE SISTEMAS, LDA**  
**E**  
**DEIMOS – ENGENHARIA, S.A**  
**E**  
**INSTITUTO HIDROGRAFICO**

Considerando que a UAVISION – Engenharia de Sistemas, Lda. tem por missão:

- Fazer adaptações e testes em UAV's
- Desenvolvimento de sensores e mUAV
- Integração de sensores no sistema
- Desenvolvimento e testes de comunicações
- Adaptações de estações de controlo de solo
- Demonstração
- Gestão de projeto

Considerando que a DEIMOS – Engenharia, S.A. tem por missão:

- Modelação de dados e desenvolvimento de base de dados espaciais

Considerando que o INSTITUTO HIDROGRAFICO tem por missão:

- Utilização de dados e assessoria científica
- Projeto de comunicação

Considerando ainda a Informação de referência:



- a) EEA PT02 PA objetivo – Bom Estado Ambiental (BEA) das águas marinhas e costeiras da Europa;
- b) EEA PT02 PA resultado esperado #2 – Reforço da monitorização das águas marinhas;
- c) Output 2C – Aumento da capacidade de monitorização móvel remota do oceano e das águas costeiras;
- d) Convite à apresentação de candidaturas ao Aviso nº 4 – I&D de sensores inteligentes e desenvolvimento de Plataformas de Monitorização e testes de interoperabilidade, com a descrição I&D em capacidades inovadoras de monitorização do meio marinho em áreas oceânicas remotas;

É celebrado o presente Acordo entre:

**UAVISION – ENGENHARIA DE SISTEMAS, LDA..** com a identificação fiscal número 507 294 122, com sede no Parque Empresarial de Torres Vedras, lote A1-armazém 1, Paúl, Torres Vedras, representado pelo sócio-gerente Nuno Alexandre Duarte Simões, portador do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão n.º10585735, na qualidade de Promotor, de ora em diante designado por Primeiro Outorgante ou UAVision;

E

**DEIMOS ENGENHARIA,S.A.** com a identificação fiscal número 506 245 179, com sede Av. D. João II, lote 1.17.01,10.º - Edifício Torres Zen, Lisboa representado pelo Director Geral (procurador) Nuno Avila Martins , portador do Bilhete de Identidade/Cartão do Cidadão n.º 10357179, na qualidade de Parceiro, de ora em diante designado por Segundo Outorgante ou Deimos;

E

**INSTITUTO HIDROGRAFICO** com a identificação fiscal número 501 494 170, com sede na rua das trinas, 49,Lisboa representado pelo Diretor-Geral José Luis Branco Seabra de Melo, portador do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão n.º 4877961, na qualidade de Parceiro, de ora em diante designado por Terceiro Outorgante ou Hidrográfico;

Que se rege pelas Cláusulas seguintes:

#### **Cláusula 1.ª**

1. O presente Protocolo tem por objeto a cooperação e colaboração entre as partes no âmbito do projeto "SOCO - DRONE" – Programa PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras.

#### **Cláusula 2.ª**

1. O projeto "SOCO - DRONE", sob a coordenação das partes, visa principalmente melhorar a capacidade marítima ambiental nacional de monitorização em áreas remotas do oceano por meio da implantação de um sistema de baixo custo que compreende veículos aéreos não tripulados (UAVs), sensores (fixos nos UAVs e largados no oceano) e uma estação terrestre dedicada.
2. O projeto deverá desenvolver, testar e demonstrar no banco Gorringe (120 milhas WSW do Cabo de São Vicente) dois UAVs que voarão em modo colaborativo e complementar, recolhendo dados sobre as atividades humanas e o ambiente, transmitindo-os para uma estação em terra, e permitindo a sua disseminação, através da iniciativa NIPIM@R.
3. O projeto está alinhado com a Estratégia Nacional Portuguesa para o Mar bem como pelas estratégias industriais da UAVision e Deimos, visando a implementação num futuro próximo em maior escala com impacto significativo nas operações marítimas portuguesas em termos de capacidade, custo e eficiência.

#### **Cláusula 3.ª**

1. No âmbito do presente Protocolo o Primeiro Outorgante é responsável pelas seguintes atividades:
  - a) Adaptações e testes nos UAV's
  - b) Desenvolvimento de sensores e mUAV
  - c) Integração de sensores no sistema
  - d) Desenvolvimento e testes de comunicações
  - e) Adaptações de estações de controlo de solo
  - f) Demonstração
  - g) Gestão de projeto

#### **Cláusula 4.ª**



1. No âmbito do presente Protocolo o Segundo Outorgante é responsável pelas seguintes atividades:
  - a) Modelação de dados e desenvolvimento de base de dados espaciais

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

1. No âmbito do presente Protocolo o Terceiro Outorgante é responsável pelas seguintes atividades:
  - a) Utilização de dados e assessoria científica
  - b) Projeto de comunicação

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

1. Os outorgantes comprometem-se a cumprir o orçamento detalhado, constante no Anexo 1 ao presente Acordo de Parceria e que do mesmo faz parte integrante, do qual resulta que a operação terá um custo total de 371.280,17€ (trezentos setenta um mil duzentos e oitenta euros e dezassete cêntimos), a que corresponde um custo total elegível de 371.280,17€ (trezentos e setenta um mil duzentos e oitenta euros e dezassete cêntimos), com uma taxa de financiamento de 85%, o que perfaz um financiamento máximo de 315.588,15€ (trezentos e quinze mil quinhentos e oitenta oito euros e quinze cêntimos), a que corresponde uma componente nacional de 15%, ou seja de 55.692,03 € (cinquenta cinco mil seiscentos e noventa dois euros e três cêntimos), impendendo sobre o primeiro, segundo e terceiro outorgantes assegurar a título de contrapartida nacional, respetivamente a quantia de 34.448,04€ (trinta quatro mil quatrocentos e quarenta oito euros e quatro cêntimos), de 9.386,06€ (nove mil trezentos e oitenta seis euros e seis cêntimos) e de 11.857,93€ (onze mil oitocentos cinquenta sete euros e noventa três cêntimos). Ao valor da responsabilidade do primeiro/segundo/terceiro outorgante acresce o montante de 0,00 € (zero euros) correspondente à despesa não elegível (quando aplicável).

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**





1. No que concerne às despesas previstas para o Projeto, só são elegíveis para financiamento as ações e despesas tipificadas nos artigos 7.2 a 7.5 do Regulamento de implementação do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (MFEEE 2009-2014).

#### **Cláusula 8.ª**

1. Os custos indiretos do Projeto (overheads) são identificados de acordo com os artigos 7.4.1 e 7.4.3 do Regulamento de implementação do MFEEE 2009-2014.
2. Com base no referido regulamento, o montante máximo e percentagens para os custos indiretos são os seguintes:
  - a. Os custos indiretos no projeto (overheads) para o primeiro outorgante foram identificados em conformidade com o art. 7.4.1 alínea b) do Regulamento da AEA, com o montante máximo e percentagem: 38.275,60 € (trinta oito mil duzentos e setenta cinco euros e sessenta centimos), 20%;
  - b. Os custos indiretos no projeto (overheads) para o segundo outorgante foram identificados em conformidade com o art. 7.4.1 alínea b) do Regulamento da AEA, com o montante máximo e percentagem: 10.428,96€ (dez mil quatrocentos e vinte oito euros e noventa seis centimos), 20%;
  - c. Os custos indiretos no projeto (overheads) para o terceiro outorgante foram identificados em conformidade com o art. 7.4.1 alínea b) do Regulamento da AEA, com o montante máximo e percentagem: 10.622,14 € (dez mil seiscentos e vinte dois euros e catorze centimos), 20%;
3. Os outorgantes são responsáveis por justificarem o montante máximo e percentagem dos respetivos custos indiretos, devendo, no caso da aplicação do artigo 7.4.1. (b) utilizarem a metodologia identificada no site da DGPM: [http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea\\_grants\\_documents.aspx](http://www.dgpm.mam.gov.pt/Pages/eea_grants_documents.aspx).

#### **Cláusula 9.ª**

1. A implementação do Projeto deve ser objeto de monitorização pelo Promotor do Projeto, que supervisiona o progresso dos trabalhos e a execução da despesa, por forma a atingir os objetivos acordados;

2. A monitorização do Projeto relativamente às matérias objeto do presente Acordo consiste na análise dos relatórios de execução apresentados ao Promotor do Projeto pelos Parceiros do Projeto, sem prejuízo de contactos diretos que o Operador de Programa possa considerar necessários, para identificação de dificuldades e obstáculos à execução do Projeto e para chegar a acordo relativamente a medidas, ações e ajustamentos que determinarão uma melhor eficiência e eficácia para atingir os objetivos contratados.
3. O Projeto pode, a todo o tempo, ser objeto de ações de verificação financeira, física e técnica pelo Operador do Programa.
4. O Promotor do Projeto e os Parceiros do Projeto devem permitir o acesso dos auditores do Operador do Programa, ou outras entidades legalmente autorizadas para esse efeito, como as referidas no Capítulo 10 do Regulamento de Implementação do MFEEE, diretamente ou através de entidades designadas por eles.

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

1. O presente Protocolo produz efeitos desde a data da sua assinatura e tem a duração de 11 meses, sendo renovado automaticamente, por iguais períodos de tempo, desde que não tenha sido denunciado, por escrito, por nenhum dos Outorgantes, com aviso prévio de 60 (sessenta) dias e que o Projeto não tenha chegado ao seu termo conforme âmbito e objetivos descritos no Anexo 2 ao presente Acordo de Parceria e que do mesmo faz parte integrante.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

1. As normas deste protocolo são regidas, interpretadas e aplicadas de acordo com a legislação nacional em vigor, e a legislação da União Europeia no quadro legal do MFEEE Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014 (MFEEE) (artigo 1.4. do Regulamento de implementação do MFEEE) na área PA 01, em particular no disposto no artigo 7.16 do Regulamento de implementação do MFEEE.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**



1. Em caso de inconsistências ou divergências entre as normas deste Acordo, por um lado, e a legislação nacional em vigor ou o Regulamento do EEA, por outro, este último prevalece.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

1. As Partes devem explorar todas as possibilidades no sentido de encontrar soluções consensuais, perante situações em que surjam diferenças na interpretação ou aplicação do presente Acordo.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

1. Em caso de litígio deverá recorrer-se à arbitragem, sendo nomeados os árbitros por todas as partes.





VP

Torres Vedras, 03 de Setembro de 2015

O Primeiro Outorgante



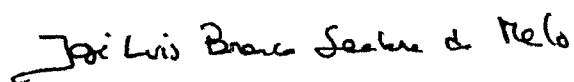
(UAVision)

O Segundo Outorgante



(Deimos)

O Terceiro Outorgante



(Hidrográfico)

### **Declaração de Compromisso**

UAvision – Engenharia de Sistemas, Lda declara que se compromete a concluir o projeto PT02\_Aviso4\_0011 – SOCO – DRONE – Sistema de Observação Costeira e Oceânica baseada em drones, na data 30/04/2017 e a cumprir as regras aplicáveis, nacionais e do mecanismo financeiro, relativamente à conclusão do projeto na referida data.

Mais se declara que, em caso de incumprimento da conclusão do projeto na data referida, ter conhecimento da possibilidade da exigência pelo Operador do Programa de devolução da totalidade das verbas.

Assinatura do Promotor

The image shows a handwritten signature in black ink, which appears to read 'Nuno Simões', written over a blue logo. The logo consists of the word 'UAVISION' in a bold, sans-serif font, with a stylized blue line graphic underneath it.

Engenharia de Sistemas, Lda  
(Uavision – Engenharia de sistemas, Lda)

(Nuno Simões)

Torres Vedras, 07 de Setembro de 2015